

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº. 105 /2017.

PROTOCOLO
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº

Proj. de Lei Complementar nº 957/2017

Resolução nº mens. 105/2017.

Decreto Legislativo

Emenda

Data 30/10/2017 Horário 11:00 h

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o incluso projeto de Lei Complementar que "Revoga o Item II do Art. 208 da Lei Complementar 138 de 28 de Dezembro de 2001."

O Art. 208 da Lei Complementar 138 de 28 de Dezembro de 2001 traz em seu Item II a proibição de destinação de resíduos provindos de fora de seu território.

Art. 208. É vedado no território do Município:
I - a disposição de resíduos sólidos em margens, matas ciliares, nascentes, praias, rios, lagos, igapós e demais cursos d'água;
II - o depósito e a destinação final de resíduos de todas as classes, produzidos fora de seu território.
III - o depósito de lixo ou entulhos de qualquer natureza em terrenos baldios, áreas de preservação permanente e logradouros públicos;

Essa proibição acaba por colocar todo o setor de destinação final de resíduos de Porto Velho na ilegalidade, impossibilitando até mesmo o firmamento de convênios com outros municípios para acordos intermunicipais de destinação de resíduos.

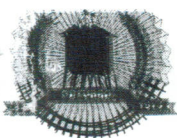
Relaciona-se aqui os seguintes setores hoje prejudicados por essa medida:

I. Incineradoras de Resíduos Perigosos, Incluindo Resíduos de Serviço de

Saúde;

II. Destinadoras finais de efluentes e "Limpa - Fossas";

III. Industrias de Reciclagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO



O Item II do Art 208 também contradiz a Política Nacional de Resíduos Sólidos onde já prevê o Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos, Sendo priorizado o acesso a recursos da União os Municípios que na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos derem preferência ao consociamento de municípios ou inserção voluntaria em Planos Microrregionais.

Art. 18. A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

*§ 1º. Serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no **caput** os Municípios que:*

I - optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no § 1º do art. 16;

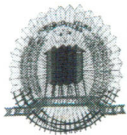
A falta das políticas públicas de saneamento e gestão de resíduos sólidos acaba por emergir a necessidade de modificação no Código Municipal de Meio Ambiente.

Essa alteração trará a legalidade empreendimentos geradores de empregos e com função social, tornando a cidade mais viável a novas empresas da área destinação final de resíduos e incentivando prestadores de serviços locais, além de abrir a possibilidade de implementação de gestão consorciada entre municípios para a destinação final de resíduos sólidos urbanos.

Desta forma, nobres Vereadores, em virtude das razões apresentadas e com base na competência disposta no art. 65, § 1º., V e art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto em anexo ao tempo em que renovo votos de apreço e respeito a todos os integrantes dessa Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho-RO, 30 de Outubro de 2017.


HILDON DE LIMA CHAVES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49 , DE 30 DE OUTUBRO DE 2017.

PROTÓCOLO
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº

Proj. de Lei Comp. nº 957/2017

Resolução Mens. n.º 105/2017

Decreto Legislativo

Emenda

Data 30/10/2017 Horário 11:00 h

“Revoga o inciso II do Art. 208 da Lei Complementar nº 138, de 28 de Dezembro de 2001.”

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 65, §1º, II, e 87, III, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprova e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica revogado o inciso II do Art. 208, da Lei Complementar nº 138, de 28 de Dezembro de 2001.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.